

EDITORIAL: 100 dias de governo Lula e 100 anos de Brasil

Alexandre Godinho Bertoncello
alexandre.bertoncello@fatec.sp.gov.br

Introdução

Este editorial tem como objetivo avaliar do ponto de vista socioeconômico dos 100 dias do Governo Lula, de primeiro de janeiro de 2023 até 10 de abril de 2023, e fazer uma analogia dos últimos 100 anos do Brasil 1923 e 2022, para lançar luz, ao *status quo* e a dificuldade do país em se desenvolver de forma consistente, desta forma, dar aos leitores e a todos que moram aqui, o conhecimento das possibilidades de acumular capital, e assim, dar oportunidades das gerações vindouras de serem mais ricas do que aquelas que a precedem, em outras palavras, que os filhos quando estiverem em idade adulta se tornem mais ricos que seus pais.

Para este desafio vamos ter como parâmetros 4 metas macroeconômicas; emprego; inflação; crescimento econômico e bem-estar social, e analisarmos duas ferramentas, política fiscal e política monetária e o seu resultado o tamanho do Estado na Economia.

Naturalmente compreende-se que outros fatores microeconômicos afetam fortemente a condição socioeconômica, com; o nível de impostos para cada setor estratégico ou não; a burocracia brasileira, que historicamente tem muitos problemas; a complexidade dos produtos e serviços produzidos; o nível educacional e a qualidade do ensino; a liberdade individual; e assim por diante, mas o objetivo deste editorial é fazer uma fotografia macro e não microeconômica.

EMPREGO

A meta macroeconômica do emprego é uma medida ampla do nível de emprego na economia como um todo, tem como objetivo monitorar e manter o desemprego em um nível considerado saudável e sustentável para a economia, levando em consideração fatores como a taxa natural de desemprego, a demanda agregada e a oferta de trabalho. O pleno emprego é o limite dentro desta meta, mesmo quando alcançado, dificilmente se reduz o desemprego ao ponto de ficar zero, isto porque a escassez de mão de obra eleva os salários e causa pressão inflacionaria, mas este fenômeno depende das características de cada economia, no Brasil pleno emprego é abaixo de 6% enquanto nos Estados Unidos apenas abaixo de 3%. (KEYNES, 1936; SCHUMPETER, 1942; VON MISES, 1949; MARSHALL, 1890; BLANCHARD, SUMMERS, 1987; TOBIN, 1971; OKUN, 1962; FRIEDMAN, 1968; SOLOW, 1956; TAYLOR, 1993; BERTONCELLO, MORAIS CRISTO DE MELO, 2017).

INFLAÇÃO

A inflação é uma meta estabelecida pelo governo que deve ser executada pelo Banco Central de um país, para isto ele deve controlar a taxa de inflação. A meta geralmente é expressa como uma taxa anual de inflação, e o objetivo é manter a inflação dentro de um determinado intervalo considerado saudável para a economia. Desta forma, se busca uma certa estabilidade da moeda para que ela não perca valor de compra e assim não prejudique a população, concomitantemente busca-se utilizar esta meta para estimular o consumo de forma sustentável. (FRIEDMAN, 1957, 1963; LUCAS, 1972, 1980; SARGENT, 1999; SAMUELSON, 1948; BLANCHARD, ERCEG, LINDÉ, 2017; BERNANKE, 2005; KEYNES 1923/1936; MARSHALL, 1890; SCHUMPETER, 1939/1942; VON MISES, 1912/1949, BERTONCELLO, ZANONI, TRESSINO, E PINEDA, 2019).

CRESCIMENTO ECONÔMICO

A meta macroeconômica do crescimento econômico PIB (Produto Interno Bruto) consiste em estabelecer objetivos e políticas que visam aumentar a produção de bens e serviços em uma economia em um determinado período. O PIB é a medida mais ampla da atividade econômica em um país e é utilizado para avaliar o desempenho da economia, é expresso pela fórmula $PIB = C+I+G+X-M$ onde; C é o consumo das famílias; I o investimento privado; G o impacto das atividades do governo; X as exportações; e M as importações. Porém é importante destacar que a meta do crescimento econômico PIB não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para alcançar objetivos mais amplos, como o aumento do emprego, a redução da pobreza e o aumento da qualidade de vida da população (SOLOW, 1956; ROMER, 1990; MILGROM, NORTH e WEINGAST, 1990; SEN, 1999; STIGLITZ, 2002; BARRO, MCCLEARY, 2003; RODRIK 2007; KEYNES, 1936; MARSHALL 1890; SCHUMPETER, 1942; VON MISES, 1949; LOURENZANI, BERTONCELLO, 2021).

BEM-ESTAR SOCIAL

O bem-estar social é um conceito que busca avaliar o desempenho econômico de uma sociedade não apenas em termos de crescimento econômico ou estabilidade de preços, mas também em relação a outros indicadores de qualidade de vida e bem-estar das pessoas, como saúde, educação, desigualdade social, segurança, meio ambiente, houve uma evolução deste conceito no passar do tempo, inicialmente utilizou-se a métrica de PIB per capita, em seguida o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e atualmente existe um movimento internacional em adotar o IPS (Índice de Progresso Social) como um indicador mais amplo e completo do desempenho econômico e social de uma sociedade. (SEN, 1999/1995; STIGLITZ, 2000/2002;

SACHS 2005 E 2025; MITTELMAN, COLLIER, 2007/2018; DEATON 2013; BANERJEE, BANERJEE, DUFLO 2011; YUNUS, 2007; BERTONCELLO 2014).

POLÍTICA MONETÁRIA

As políticas monetárias são um conjunto de medidas tomadas pelos Bancos Centrais (BC) para controlar a oferta de dinheiro na economia, com o objetivo de alcançar metas macroeconômicas, como: emprego; estabilidade de preços; crescimento econômico; e bem-estar social. Os principais instrumentos utilizados para impactar as metas são as taxas de juros, elas podem aumentar, o que pode levar a uma desaceleração na atividade econômica ou com o aumento da oferta de dinheiro, a taxa de juros pode diminuir, o que pode estimular a atividade econômica (FRIEDMAN, 1968; BERNANKE, 2005; YELLEN 2015)

Outro ativo muito impactado é o câmbio, quando o BC reduz a oferta de dinheiro, a taxa de juros pode aumentar, o que pode tornar a moeda mais atraente para investidores estrangeiros, aumentando sua demanda e valorização, sendo o efeito inverso verdadeiro quando os juros diminuem (KRUGMAN, 1988; MUNDELL, 1961; OBSTFELD, 2002). Este efeito é também encontrado nos investimentos internos quando o BC aumenta a oferta de dinheiro e reduz a taxa de juros, pode tornar os investimentos mais atraentes, esta atração se reduz à medida que os juros aumentam (KEYNES, 1936; MARKOWITZ 1959; FAMA, 1970)

Ao mesmo tempo, a dívida pública também pode ser afetada quando BC aumenta a oferta de dinheiro para financiar o governo, e assim, pode aumentar a dívida pública. Se o BC reduz a oferta de dinheiro para reduzir a dívida pública, e como consequência deste fenômeno pode levar a uma desaceleração na atividade econômica (REINHART, ROGOFF, 2009; EICHENGRREN, 1983; REINHART, KENNETH 2013)

POLÍTICA FISCAL

Política fiscal é uma das principais ferramentas utilizadas pelos governos para controlar a economia de um país. Ela se refere às decisões do governo relacionadas aos gastos públicos e à arrecadação de impostos, a política fiscal pode ser expansiva, quando o governo aumenta os gastos ou reduz impostos para estimular a economia, ou contracionista, quando o governo reduz os gastos ou aumenta impostos para desacelerar a economia e controlar a inflação. A política fiscal também pode afetar a distribuição de renda e a dívida pública do governo. Em linhas gerais políticas fiscais expansionistas, como aumento de gastos públicos ou redução de impostos, podem estimular a economia e promover o crescimento, enquanto políticas fiscais contracionistas, como corte de gastos ou aumento de impostos, podem desacelerar a economia e prejudicar o crescimento. Este movimento impacta a dívida pública políticas fiscais

expansionistas podem aumentar a dívida pública do governo, enquanto políticas fiscais contracionistas podem reduzi-la, mas ressalta-se que estes movimentos econômicos afetam também a distribuição de renda na sociedade, por exemplo, por meio de impostos progressivos ou programas de bem-estar social (KEYNES, 1936; FRIEDMAN, 1957; STIGLITZ, 2000).

TAMANHO DO ESTADO

A questão do tamanho do Estado na Economia tem sido amplamente discutida na teoria econômica e na prática de diversos países ao redor do mundo. O tamanho do Estado pode ser definido como a participação do governo na economia, medido através de indicadores como o gasto público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ou o tamanho da burocracia estatal em relação ao número de trabalhadores do setor privado.

As opiniões sobre o tamanho ideal do Estado são divergentes entre economistas e políticos, variando desde uma posição de Estado mínimo até uma posição de Estado máximo. Alguns argumentam que um Estado menor é mais eficiente e favorece o crescimento econômico (HAYEK, 1944; FRIEDMAN, 1962; BUCHANAN, 1962), enquanto outros argumentam que o Estado deve ter um papel mais ativo na promoção do desenvolvimento econômico e na redistribuição de renda (KEYNES, 1936; STIGLITZ, 2002; PIKETTY, 2013)

Os impactos do tamanho do Estado na economia podem ser observados em diferentes países ao redor do mundo. Em países com um Estado menor, como Cingapura, as empresas tendem a ter mais liberdade para operar, os impostos são relativamente baixos e os governos têm menos intervenção na economia. Esses países costumam ter um ambiente mais favorável ao investimento estrangeiro e ao empreendedorismo, o que pode levar a um crescimento econômico mais rápido. Por outro lado, em países com um Estado maior, como os países escandinavos, a intervenção do governo é mais proeminente na economia, com programas de assistência social robustos e sistemas de saúde e educação públicos.

Em resumo, o tamanho do Estado na economia é um tema complexo e multifacetado, que envolve considerações políticas, sociais e econômicas. Embora não haja uma resposta única ou universalmente aplicável, a definição do tamanho adequado do Estado na economia deve levar em conta os objetivos específicos do país em questão e as consequências de longo prazo de suas escolhas políticas.

No Brasil não é diferente nos últimos 100 anos foram marcados por períodos de aumento e diminuição do tamanho do Estado. No início do século XX, o Estado brasileiro era relativamente pequeno, com poucas intervenções na economia e na sociedade, como efeito colateral, houve um grande crescimento econômico até a quebra da bolsa de Nova York. Depois

deste fato, observou-se que durante as décadas de 1930 e 1940, o Estado passou por um processo de expansão, com a implementação de políticas nacionalistas e intervencionistas, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nos anos 1950 e 1960, o Estado brasileiro continuou a se expandir, com a implementação de políticas de substituição de importações e o estabelecimento de empresas estatais em diversos setores da economia, como a Petrobras e a Eletrobras. Durante a ditadura militar (1964-1985), o Estado brasileiro foi ainda mais ampliado, com a implementação de políticas desenvolvimentistas e a criação de estatais em áreas estratégicas, como a Embratel e a Telebrás.

A partir da década de 1980, no entanto, o tamanho do Estado brasileiro começou a ser questionado, principalmente devido à crise econômica e ao aumento da dívida pública. O processo de privatizações, iniciado no governo Collor (1990-1992) e continuado nos governos posteriores, foi uma das principais medidas adotadas para reduzir o papel do Estado na economia. A Constituição de 1988 também trouxe mudanças significativas na estrutura do Estado brasileiro, com a descentralização de poderes e a ampliação dos direitos sociais.

Nos anos 2000, o Estado brasileiro voltou a expandir-se, principalmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com a implementação de políticas sociais, como o Bolsa Família, de aumento significativo do papel das Estatais como a Petrobras, e a ampliação do papel do Estado em setores como a educação e a saúde. No entanto, a partir de 2015, com a crise econômica e a mudança de governo, o Estado brasileiro passou por um processo de redução, com a implementação de medidas de austeridade fiscal e a privatização parcial e integral de estatais, como a Petrobras e Eletrobras respectivamente.

A tabela abaixo faz uma média histórica dos últimos presidentes nos últimos 100 anos, e esbara em dois pontos; primeiro a ausência de dados históricos confiáveis da economia brasileira, no IBGE é possível verificar alguns dados conflitantes e o IDH é uma medida recente que pouco agregaria na tabela, mas o ponto importante aqui é verificar a média história, colocar em perspectiva histórica e compreender que no início do século houve a II Guerra Mundial, que nos anos 70s a crise do petróleo e que em 2020/21 a pandemia da COVID-19.

Tabela 1: presidentes e metas macroeconômicas

Presidente	Início do Mandato	Fim do Mandato	Política Econômica	Inflação média	PIB médio	Desemprego médio
------------	-------------------	----------------	--------------------	----------------	-----------	------------------

Epitácio Pessoa	1919	1922	Diminuição do Estado	31,69%		
Artur Bernardes	1922	1926	Diminuição do Estado	17,85%		
Washington Luís	1926	1930	Diminuição do Estado	10,43%		
Getúlio Vargas (1º vez)	1930	1945	Aumento do Estado	7,84%		
José Linhares	1945	1946	Aumento do Estado	17,45%		
Eurico Gaspar Dutra	1946	1951	Diminuição do Estado	22,02%	7,35%	
Getúlio Vargas (2º vez)	1951	1954	Aumento do Estado	20,32%	8,94%	
Café Filho	1954	1955	Aumento do Estado	17,82%	10,15%	
Nereu Ramos	1955	1956	Aumento do Estado	18,75%	6,59%	
Juscelino Kubitschek	1956	1961	Estabilidade Estado	25,31%	7,98%	
Jânio Quadros	1961	1961	Estabilidade Estado	31,72%	6,96%	
João Goulart	1961	1964	Aumento do Estado	72,43%	2,14%	
Castelo Branco	1964	1967	Estabilidade Estado	28,74%	4,35%	
Costa e Silva	1967	1969	Aumento do Estado	18,60%	6,85%	
Emílio Garrastazu Médici	1969	1974	Aumento do Estado	19,35%	11,83%	
Ernesto Geisel	1974	1979	Aumento do Estado	38,97%	3,80%	
João Figueiredo	1979	1985	Aumento do Estado	135,54%	1,99%	
José Sarney	1985	1990	Aumento do Estado	459,21%	2,75%	3,90%
Fernando Collor	1990	1992	Diminuição do Estado	1291,92%	0,33%	4,93%
Itamar Franco	1992	1995	Estabilidade Estado	1504,33%	3,37%	5,47%
Fernando Henrique Cardoso	1995	2003	Estabilidade Estado	9,24%	2,23%	7,33%
Luiz Inácio Lula da Silva	2003	2011	Aumento do Estado	5,79%	4,06%	8,88%
Dilma Rousseff	2011	2016	Aumento do Estado	7,21%	1,14%	6,44%
Michel Temer	2016	2019	Estabilidade Estado	4,33%	-0,30%	12,17%
Jair Bolsonaro	2019	2022	Diminuição do Estado	6,30%	1,38%	11,85%

Compilando os dados tivemos 13 presidentes que aumentaram o tamanho do estado brasileiro, 6 que mantiveram o estado estável e 6 que diminuíram o tamanho do estado em seus mandatos.

Na análise em anos, o Brasil experimentou nestes 100 anos, 21 anos de diminuição do Estado principalmente no início do século, outros 21 anos de estabilidade, que demonstra uma aparente parada estratégia do crescimento, causado pela ausência de recursos financeiros, e 58 anos de aumento do tamanho no estado na economia.

Como principal consequência deste século dedicado ao aumento no tamanho do estado, tivemos uma média de crescimento abaixo do crescimento global, momentos de crescimento econômico que se criou maior desigualdade social e grandes empresas ligadas diretamente ou indiretamente ao governo, porém após estes anos de rápido crescimento, foram seguidos de anos de recessão e/ou crescimento insignificantes. E como resultado ainda estamos em um país com baixos níveis de qualidade de vida.

Nos cem dias do Governo Lula, foi possível observar algumas mudanças da gestão anterior, voltamos a ter um aumento do tamanho do Estado, um aumento da carga tributária, e uma diminuição da atividade econômica comparada ao mesmo período do ano anterior. Desta forma, aparentemente iremos repedir a mesma receita que não deu certo nos últimos 100 anos.

Crescimento intermitente, baixo desenvolvimento humano, foco em questões imediatas, sem plano ou diretrizes de país apenas eleitoreiro, enfim, aparentemente o novo governo a população e o país não compreende que enquanto estamos aqui vivendo como nos últimos 100 anos, muitos países estão projetando os próximos 100 anos, e se continuar assim vamos continuar sendo um país atrasado, medíocre e míope.

Este editorial deixa claro que considera o desenvolvimento socioeconômico brasileiro ruim nos últimos 100 anos, acredita que o acúmulo de riqueza só é possível quando existe liberdade econômica, observa que na nossa história sempre houve voos curtos e depois retrocessos terríveis, como a ditadura de Getúlio Vargas em 30 que deixou o Estado inchado, o crescimento por meio de alavancagem do regime militar, e após a abertura do bônus demográfico nos anos 2000, onde deveríamos estruturar o Brasil, houve novamente um aumento dos gastos públicos que não trouxe benefícios socioeconômicos duradouros.

Dentro desta lógica conclui-se que depois de um governo que propôs a diminuição do Estado estamos entrando em um novo ciclo de aumento do Estado e por conseguinte o aumento da carga tributária. Que terá como consequência o benefício de alguns setores, em detrimento da sociedade que ira, novamente ver setores crescente, aumentando a desigualdade social, a dívida pública e os impostos.

CONCLUSÃO

Naturalmente esta revista está disposta, ao diálogo e ao debate sobre as políticas públicas, coloca-se a disposição dos leitores e autores com abordagens e visões diferentes, e espera contribuir para o diálogo com todas a sociedade. Com este posicionamento de abertura acreditamos motivar todos os stakeholders a se debruçarem sobre o tema de forma profunda para analisar o futuro da política econômica do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BANERJEE, A.; BANERJEE, A. V.; DUFLO, Esther. **Poor economics: A radical rethinking of the way to fight global poverty**. Public Affairs, 2011.
- Bernanke, B. S., & Woodford, M. (Eds.) The inflation-targeting debate. **University of Chicago Press** Vol. 32, 2005.
- BARRO, R. J.; MCCLEARY, R. M. Religion and economic growth. **National Bureau of Economic Research** DOI 10.3386/w9682, 2003.
- BERTONCELLO, A. G. **Poverty Reduction in rural areas of low-income countries in SSA: Assessing the role of agricultural productivity and socio-economic environment**. LAP LAMBERT Academic Publishing, 2014.
- BERTONCELLO, A. G., DE MORAIS CRISTO DE MELO, A. Empreendedorismo rural tem endereço? **Colloquium Socialis**. ISSN: 2526-7035, 1(1), 15–20, 2017.
- BERTONCELLO, A. G., ZANONI RAMOS, A., TRESSINO CAMPOS, G., PINEDA TORQUATO, H. Loop econômico: mercado imobiliário influencia e é influenciado pelas condições socioeconômicas. loop econômico e o mercado imobiliário. **Colloquium Socialis**. ISSN: 2526-7035, 3(3), 35–44, 2019.
- BLANCHARD, O., ERCEG, C. J., & LINDÉ, J. Jump-starting the euro-area recovery: would a rise in core fiscal spending help the periphery? **NBER macroeconomics annual**, 31(1), 103-182, 2017.
- BLANCHARD, O., SUMMERS, L. H. Hysteresis in unemployment. **European Economic Review**, 31 (1-2), p 288-295, 1987.
- BUCHANAN, J. M. The relevance of Pareto optimality. **Journal of conflict resolution**, v. 6, n. 4, p. 341-354, 1962.
- COLLIER, P. **The future of capitalism: Facing the new anxieties**. New York: Press Harper, 2018.
- DEATON, A. **In: The Great Escape**. Princeton University Press, 2013.
- EICHENGREEN, B. J. The Causes of British Business Cycles. **Journal of European Economic History**, v. 12, n. 1, p. 145, 1983.
- FAMA, E. F. Efficient capital markets: A review of theory and empirical work. **The journal of Finance**, v. 25, n. 2, p. 383-417, 1970.
- FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **The American Economic Review**, 58(1), 1-17 1968.
- _____; A Theory of the Consumption Function, **Princeton University Press** ISBN: 0-691-04182-2 <http://www.nber.org/books/frie57-1>, 1957.

_____; A Monetary History of the United States. **National Bureau of Economic Research** ISBN 0-691-00354-8, 1963.

_____; Capitalism and freedom. **University of Chicago**, v. 634, 1962.

HAYEK, F. A.; ACTON, Lord. Why the worst get on top. **The road to Serfdom, University of Chicago Press, Chicago**, p. 134-152, 1944.

KEYNES, J. M. **A tract on monetary reform**. Cosimo Classics, 1923.

_____;. The General Theory of Employment, Interest and Money. New York: **Harcourt**. 1936

KRUGMAN, P. **Exchange-rate Instability**. Mit Press Limited, 1988.

LOURENZANI W.L., BERTONCELLO A. G. Dinâmica de desenvolvimento rural na região de presidente prudente. **Prete To V22 n3 p7-19**, 2021.

LUCAS Jr. R. E. Expectations and the Neutrality of Money, **Journal of Economic Theory** vol4 p 103-124, 1972.

_____;. Econometric policy evaluation: A critique. In **Carnegie-Rochester conference series on public policy** Vol. 1, pp. 19-46 North-Holland, 1980.

MARKOWITZ, H. M. Portfolio Selection, **Journal of Finance**, v. 7, p. 7791, 1959.

MARSHALL, A. **Principles of economics, by Alfred Marshall**. Macmillan and Company, 1890.

MILGROM, P. R.; NORTH, D. C.; WEINGAST, B. R. The role of institutions in the revival of trade: The law merchant, private judges, and the champagne fairs. **Economics & Politics**, v. 2, n. 1, p. 1-23, 1990.

MITTELMAN, J. H., COLLIER, P. The Bottom Billion: Why the Poorest Countries Are Failing and What Can Be Done About It. **Population and Development Review**, v. 33, n. 4, p. 821-823, 2007.

MUNDELL, R. A. A theory of optimum currency areas. **The American economic review**, v. 51, n. 4, p. 657-665, 1961.

OBSTFELD, M.. Exchange rates and adjustment: perspectives from the new open economy macroeconomics. **National Bureau Economic Research**, 2002.

OKUN, A. M. **Potential GNP: its measurement and significance**, In American Statistical Association. Proceedings of the Business and Economic Statistics Section (1962)

PIKETTY, T., SAEZ, E. A theory of optimal inheritance taxation. **Econometrica**, v. 81, n. 5, p. 1851-1886, 2013.

REINHART, C. M., KENNETH S. “Banking Crises: An Equal Opportunity Menace,” **Journal of Banking & Finance** Vol. 37, November, pp. 4557–573, 2013.

REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S: **This Time Is Different**. princeton university press, 2009.

RODRIK, Dani. **One economics, many recipes: globalization, institutions, and economic growth**. Princeton university press, 2007.

ROMER, D. The great crash and the onset of the Great Depression. **The Quarterly Journal of Economics**, 105(3), 597-624, 1990.

_____; Endogenous technological change. **Journal of political Economy**, v. 98, n. 5, Part 2, p. S71-S102, 1990.

SACHS, J. **The end of poverty: How we can make it happen in our lifetime**. Penguin UK, 2005.

_____; Achieving the sustainable development goals. **Journal of International Business Ethics**, v. 8, n. 2, p. 53-62, 2015.

SAMUELSON, P., **Economic Foundations of Economic Analysis** Text: An Economic Way of Thinking, 4th Edition, 1948.

SARGENT, T. J. The ends of four big inflations. In *Inflation: Causes and effects*, **University of Chicago Press**, pp. 41-98, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process**. McGraw-Hill, 1939.

_____; Capitalism, Socialism and Democracy. In: **What are the Questions? And Other Essays**. Routledge, p. 142-143, 1942.

SEN, A. Development as freedom. **The globalization and development reader: Perspectives on development and global change**, v. 525, 2014, 1999.

_____; **Inequality reexamined**. Harvard University Press, 1995.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, 70(1), 65-94, 1956.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. Editora Futura, 2002.

STIGLITZ, J. E. STIGLITZ, J. E. *Economics of the public sector*. **Princeton University** 2000.

TAYLOR, J. B. Discretion versus policy rules in practice. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, 39, 195-214, 1993.

TOBIN, J.; **Full employment and growth: Further Keynesian essays on policy.** Yale University Press, 1971.

VON MISES, L. The theory of money and credit Ludwig von Mises Institute Auburn Alabama USA. **Contents Aspx**, 1912.

_____; Human action: A treatise on Economics. **London William Hodge**, 1949.

YELLEN, J. L. **Monetary policy and financial stability.** International Monetary Fund, 2015.

YUNUS, M. **Banker to the poor: Micro-lending and the battle against world poverty.** PublicAffairs, 2007.